



Texto recebido em 04/02/2025

Aprovado em 02/05/2025

doi 10.11606/0103-2070.ts.2025.233601

Sueli Carneiro. *Lélia Gonzalez: um retrato*. Rio de Janeiro, Zahar, 2024, 123 pp.

Por Diego dos Santos Reis  
Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-6977-7166>

### Lélia Gonzalez: resenha de um retrato

O debate sobre as relações raciais no Brasil tem se adensado nas últimas décadas com a publicação de uma série de obras fundamentais para a compreensão dos modos de operação do racismo no país e seus efeitos deletérios. Se outrora, em nome de uma leitura que tendia a priorizar as questões econômicas, a dimensão racial era negligenciada nas abordagens analíticas, com a expansão de reflexões produzidas por intelectuais negras e negros ela se afirmou como categoria interpretativa basilar das relações sociais brasileiras, imbricada com gênero, classe social, territorialidade e outros marcadores sociais que, sistematicamente, convertem as diferenças em desigualdades.

Nos últimos anos, o alargamento do número de publicações no campo atesta a

força de debates que, a despeito de terem sido escamoteados por longo tempo em círculos hegemônicos, seguiram dinâmicos entre ativistas dos movimentos sociais e da militância negra, que têm expandido sua presença em espaços acadêmicos e político-institucionais. Essa atuação testemunha que o vigor, longe de qualquer novidade recente ou meramente reanimada por interesses editoriais, é fruto de lutas antirracistas pluriseculares e da defesa de direitos humanos, civis e sociais da pessoa negra, para além de datas comemorativas ou efemérides nacionais. Trata-se, antes, de um projeto mais amplo de reconstrução da memória afrorreferenciada, que aposta no tensionamento de narrativas oficiais e na disputa por direitos como prática de resistência e liberdade, em um país que, historicamente, nega a humanidade das pessoas negras.

É nas trilhas desse projeto também que se inscrevem as obras de intelectuais como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Helena Theodoro e Sueli Carneiro. Pensadoras negras que, em sua filosofia prática, não deixaram de diagnosticar o sintoma do racismo, nomeado pela filósofa Lélia Gonzalez (2020) como *neurose cultural brasileira*, nem de negritar as suas causas. De modo similar a outras intelectuais

negras, o vigor político, a acuidade analítica e a originalidade teórica não foram suficientes para ultrapassar o *status quo* e garantir o devido reconhecimento acadêmico de Lélia Gonzalez. Apesar da publicação há quase duas décadas de textos seminais em diálogo com a autora, de Luiza Bairos, Raquel Barreto, Elizabeth do Espírito Santo, Sueli Carneiro, Alex Ratts, Flávia Rios e Thula Pires, é a difusão mais recente de coletâneas no estilo de *Primavera para rosas negras* (Gonzalez, 2018) e *Por um feminismo afro-latino-americano* (Gonzalez, 2020) e a reedição de obras como *Lugar de negro* (Gonzalez e Hasenbalg, 2022) e *Festas populares no Brasil* (Gonzalez, 2024) que têm possibilitado a ampliação da discussão de categorias analíticas forjadas pela filósofa e do alcance de leituras que contribuem para o adensamento dos debates sobre o racismo nos campos das ciências sociais e das humanidades.

É nas vias desse processo de disputa por territórios epistêmicos e reconhecimento de sua trajetória que o livro *Lélia Gonzalez: um retrato* reaparece uma década depois. Publicada originalmente em 2014, na obra *Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história*, a versão adaptada do texto da filósofa Sueli Carneiro, reeditada pela Zahar, é relançada no ano em que se completaram trinta anos da morte prematura de Lélia, aos 59 anos, com o acréscimo de um epílogo e de uma carta inédita endereçada a seu irmão, Francisco. Fruto do projeto *Memória*, parceria entre a Fundação Banco do Brasil e a Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), a obra é publicada em um momento no qual o legado teórico, político e intelectual da filósofa Lélia Gonzalez é difundido com maior acuidade em diversos campos, com especial ênfase em sua produção das décadas de 1970 e 1980, anos em que a práxis filosófica de Lélia e o engajamento político

nas lutas do movimento negro e de mulheres negras se projetaram publicamente.

O retrato da filósofa, nas linhas e contornos traçados por outra filósofa amefricana, destaca o percurso biográfico-intelectual de uma das pensadoras mais importantes do país, cuja atualidade das análises segue desafiando permanências nefastas, pavimentadas pelo sexismo e pelo racismo *à brasileira*, que ferem de morte a população negra do país. E não seria necessário recorrer às cifras e estatísticas calamitosas, divulgadas ano após ano, para compreender as linhas de cor que traçam a continuidade de um projeto genocida, que tem como alvo a negritude, em todas as suas formas, expressões e corporeidades, encarada como refugio de uma sociedade que insiste no branqueamento como mecanismo de manutenção das estruturas de dominação, desejo e poder.

Não estranha que o dispositivo de racialidade, conforme defendido por Carneiro (2023), seja materializado no modo como são organizadas as relações sociais e raciais no país, com hierarquizações que reforçam o contrato racial e sexual em voga, com suas distinções, privilégios e prejuízos. Daí a urgência de “elaborar uma agenda política específica”, com vistas a “superar as assimetrias que atingiam as mulheres, em especial as afrodescendentes” (Carneiro, 2024, p. 38). É nesse sentido que a atuação e o legado de Lélia Gonzalez inspiram e produzem resistências vigorosas contra o epistemicídio, o genocídio e as múltiplas formas do fazer morrer, recobertas pelo racismo e pelo sexismo, e por práticas discursivas que materializam a tônica dos sistemas de opressão.

O livro de Sueli Carneiro, dividido em oito seções, às quais se somam o epílogo e a carta escrita por Gonzalez, mostra como o percurso da filósofa, sua militância e produção teórica são fundamentais para compreender,

em via dupla, avanços e refluxos do debate racial brasileiro, especialmente voltado às mulheres negras. É nesse viés que, segundo Gonzalez, “o Movimento Negro – e vamos falar sobre o caso brasileiro, esclarecendo a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder – desmascara as estruturas de dominação” (Gonzalez, 2020, p. 147). Nota-se que as linhas mestras do pensamento e da abordagem interseccionais, tais como desenvolvidas posteriormente por Kimberlé Crenshaw (1989) ou Patricia Hill Collins (2008), já figuram nas considerações da autora desde a proposição de um feminismo afro-latino-americano que levasse em consideração a *amefricanidade*. Para Lélia, como amefricanas, “sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual” (*Idem*, p. 270), razão pela qual múltiplas formas de violações e estigmatizações tornaram o corpo da mulher negra alvo privilegiado de violências, que têm por esteio processos de objetificação e de desagência (Asante, 2009), articulados a formas de hierarquizações ontológicas e sociais. É por isso que, sem a consideração do marcador racial, o feminismo hegemônico culminaria por excluir internamente parte significativa das sujeitas que lutam pela superação das assimetrias que afetam, particularmente, as mulheres negras.

Carneiro e Gonzalez, como intelectuais amefricanas, posicionam-se em favor da elaboração de uma agenda política específica voltada às mulheres negras, o que resultaria, igualmente, na criação de uma série de organizações e coletivos, como o Centro de Lutas Luiza Mahin (1978) e o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (1983), que levam adiante a defesa da indissociabilidade das lutas antirracistas e antissextistas. Carneiro, na seção intitulada

“Feminismo, mulheridade, mulherismo: as amefricanas”, enfatiza que as categorias de raça, gênero, sexualidade e classe são basilares, não apenas nas pautas mobilizadas em lutas específicas engendradas desde então, mas também no arcabouço crítico-analítico que considera a mulher negra pertencente “a um gênero determinado, a uma racialidade identificada e a uma classe social específica” (Carneiro, 2024, p. 42). Tal perspectiva marcará a palavra pública e a escrita de textos fundamentais para as ciências humanas e sociais, como “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 1983; “A categoria político-cultural de Amefricanidade” e “Por um feminismo afrolatinoamericano”, ambos publicados em 1988.

O livro também evidencia como o debate racial, levado a cabo pelo Movimento Negro, foi determinante para pautar as transformações e conquistas de direitos recentes no país, a partir de uma agenda indissociável das lutas sociais, em nome da efetiva democracia racial. Ao revisitar a obra de Lélia como uma “espécie de balanço crítico de um processo no qual foi uma das principais protagonistas”, Sueli “sinaliza os desafios persistentes para o fortalecimento da organização política dos negros brasileiros em busca de efetiva igualdade de direitos e oportunidades na sociedade” (Carneiro, 2024, p. 75). Desafios que atravessam o próprio enegrecimento do pensamento feminista brasileiro, pois, para Carneiro:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídas

em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pode-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (Carneiro, 2003, p. 118).

O conhecimento situado e o protagonismo de mulheres negras são destacados por Sueli Carneiro como pontos fulcrais do processo de insurgência contra o legado racista/colonial, especialmente por meio das heranças patriarcais e seus sistemas opressivos. Ao amefricanizar o feminismo (Cardoso, 2014), são trazidos ao primeiro plano a força de resistência das mulheres negras e os modos de enfrentamento contra a inferiorização que, mesmo no interior de movimentos feministas hegemônicos, ainda conferem a elas “a subalternidade social como destino” (Carneiro, 2024, p. 46). Ressalta-se, por exemplo, como a condição das mulheres negras como trabalhadoras domésticas é analisada, por Gonzalez e Carneiro, a partir de continuidades históricas que, a despeito dos diferentes enquadramentos, seguem destinando a elas os lugares sociais de maior desvalorização e exploração econômica. É o que Gonzalez retoma em um artigo provocador, “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”, revisitado por Carneiro:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da “escrava do eito” de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da “joaninha” da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, é a escrava de ganho de ontem (Gonzalez, 2020, pp. 217-218).

De babás a domésticas, as contradições expõem a permanência da violência colonial e a recusa ao reconhecimento de direitos sociais àquelas que são consideradas refugio da sociedade brasileira, ainda que o funcionamento do ordenamento social esteja baseado no trabalho doméstico invisibilizado e sub-remunerado das mulheres negras. O imbróglio acerca da promulgação da Emenda Constitucional n. 72, em 2013, conhecida como “PEC das Domésticas”, explicita as tensões e a persistência da precariedade que atinge essa categoria. A PEC, que dispunha sobre a igualdade de direitos trabalhistas entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores urbanos e rurais, foi alvo de críticas incisivas por parte de segmentos sociais conservadores. Embora tenha sido aprovada, a intensificação da informalização e a resistência ao reconhecimento do trabalho doméstico formal revelam a oposição à garantia de direitos sociais (e humanos) àquelas que ocupam a base da pirâmide social no Brasil, perpetuando a desigualdade no país.

Cabe destacar, ainda, que o retrato delineado por Sueli Carneiro funciona como relato que desvela tanto o legado de Lélia Gonzalez como sua presença fundamental na trajetória da própria autora e do Movimento Negro Unificado desde a sua fundação em 1978. O retrato, contudo, resiste a leituras rápidas como mero traçado biográfico ou conjunção de curiosidades e fatos notórios da retratada. Antes disso, as vozes de Sueli e Lélia retumbam um brado negro coletivo. É desse lugar que pode ser lido também como o tornar-se negra é vivido no âmbito individual, mas opera como subjetivação coletiva, na medida em que “ao tornar público seu processo pessoal de desconstrução do branqueamento que o racismo impunha, Lélia arrastava consigo legiões de mulheres negras” e homens negros, que ressig-

nificavam o sentido e o pertencimento da negritude (Carneiro, 2024, p. 33). Desse modo, a partilha de uma trajetória singular que aponta para a experiência do comum testemunha o “combate às ideias de meritocracia e superação, ao ter estado presente em momentos cruciais de organização coletiva das demandas da população negra, com uma fé inabalável de que todas/os devemos ocupar o palco da história para transformá-la” (*Idem*, p. 115).

O mérito da obra radica no modo como, na escrita ensaística de Sueli Carneiro, a análise atravessa diferentes contextos e tempos históricos, em interlocução com a produção de intelectuais negras/os como Kabengele Munanga, Luiza Bairros e Raquel Barreto, além de uma série de entrevistas realizadas por Antonia Ceva, Paulo Barbosa Corrêa, Schuma Schumacher e Rosana Chagas, em 2011 e 2012, com ativistas da militância negra. No epílogo, “Lélia, a libertadora”, em depoimento a Fernanda Silva e Sousa, em maio de 2024, Sueli Carneiro sintetiza os pontos nodais do perfil biográfico e político de Gonzalez. Para Carneiro, que se autodeclara descendente da retratada, Lélia é “filha de uma geração da diáspora que lutou pelos direitos da população negra, tomando parte num grande levante contra o colonialismo” (Carneiro, 2024, p. 114). Ao enfatizar o protagonismo dos coletivos na luta, as fabulações meritocráticas do individualismo neoliberal e as promessas de mobilidade social via performance, desempenho e superação mediados por esforço e competitividade são desmontadas. Para a filósofa, as contradições deste falso empoderamento, que serve à desmobilização das lutas coletivas, explicitam a captura dos sujeitos pelos dispositivos de controle, resultando no reforço do mito da democracia racial e na celebração de conquistas individuais que não modificam as iniquidades estruturais

existentes. Não à toa, Carneiro encerra seu depoimento destacando conquistas coletivas, como a legislação educacional antirracista, fruto das lutas de “gerações de ativistas negras/os, como Lélia Gonzalez, que, através das muitas militâncias que inspirou, segue escrevendo e reescrevendo o lado negro da história do Brasil” (*Idem*, p. 115).

No campo educacional, o cunho formativo da resistência negra se opõe, a um só tempo, às violências físicas, simbólicas e institucionais. A crítica aponta, especialmente, a negligência e a desqualificação destinadas à produção da intelectualidade e da militância negras, devido ao eurocentrismo, que perpetua hierarquias coloniais e estigmas raciais. Para Carneiro, o reconhecimento da luta de gerações de ativistas e movimentos sociais negros e a valorização de sua memória e herança são tarefas inegociáveis do tempo presente, mormente após a promulgação da lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país. Políticas formativas e diretrizes institucionais que, desde o início dos anos 2000, têm indicado a urgência de políticas públicas a serem efetivamente implementadas pelo Estado, com o fito de promover ações voltadas à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo na sociedade brasileira.

A reescrita do “lado negro da história do Brasil”, como negrita Carneiro, é inspirada e movida pela luta em prol dos direitos da população negra e pelo “grande levante contra o colonialismo”. Não estranha que “como uma filósofa da Antiguidade falando em praça pública” (*Idem*, p. 113), tanto Lélia como Sueli encarnem a “coragem da verdade” e a contundência de duas intelectuais orgânicas que fazem da palavra franca e categórica as

armas no enfrentamento às iniquidades raciais e sexuais. O *continuum* de trajetórias, lutas e legados ancestrais anima o movimento de narrativas históricas que têm passado, hoje, por importante revisão crítica, e reinterpretações da ação política de “maiorias silenciadas – nunca silenciosas”, como recorda Carneiro (2024, p. 107). Trata-se de um retrato que reflete, sem dúvidas, a longa caminhada dos movimentos negros e de mulheres negras em suas lutas históricas e daquela que, emprestando sua voz ao coletivo, não se furto às batalhas, dentro e fora da academia, em nome da efetiva democracia racial. Em seu diálogo com Lélia, *em legítima defesa*, o livro de Sueli é um manifesto que convida à insurgência contra a violência perpetrada pela naturalização do racismo e do sexismo na sociedade brasileira. Convoca-nos, assim, a todas as pessoas que não são signatárias do contrato racial/sexual vigente, à defesa do direito inegociável à memória, em um país que teima em não se retratar.

### Referências Bibliográficas

- ASANTE, Molefi Kete. (2009), “Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar”. In: NASCIMENTO, Elisa (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo, Selo Negro.
- CARDOSO, Claudia Pons. (2014), “Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez”. *Revista Estudos Feministas*, 22 (3): 965-986, dez.
- CARNEIRO, Sueli. (2023), *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARNEIRO, Sueli (2003), “Mulheres em movimento”. *Estudos Avançados*, 17 (4): 117-132, dez.
- CARNEIRO, Sueli. (2024), *Lélia Gonzalez: um retrato*. Rio de Janeiro, Zahar.
- COLLINS, Patricia Hill. (2008), *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Londres, Routledge.
- CRENSHAW, Kimberlé. (1989), “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, 1 (8): 139-167.
- GONZALEZ, Lélia. (2024), *Festas populares no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- GONZALEZ, Lélia. (2020), *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GONZALEZ, Lélia. (2018), *Primavera para rosas negras*. São Paulo/Diáspora Africana, Filhos da África.
- GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. (2022), *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Zahar.